

Audiência Pública: “Ensino da Lei Maria da Penha (lei que estipula punições a atos de violência contra a mulher)”

Objetivos e participantes

A Defensoria Pública da União (DPU) na Paraíba participou de audiência pública na Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP), cujo objetivo foi debater o ensino das noções básicas da Lei Maria da Penha (Lei nº 13.566/2018) nas escolas públicas e privadas da capital.

Formaram a mesa da audiência pública: a defensora pública federal e defensora regional de direitos humanos, Diana Freitas de Andrade a gerente de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba, Kaliandra Oliveira; a representante da Associação dos Estudantes Secundaristas, Vitória Alice; a psicóloga do colégio particular Motiva, Teresa Cibelle; a representante do Movimento Feminista e ex-gestora da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM) da capital, Lídia Moura; as representantes da Secretaria de Educação da Paraíba, Vanuza Cavalcanti e Silvana Ávila; a coordenadora de Programas Acadêmicos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Maria Helena Ribeiro Maciel; e a diretora do Campus V da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Jaqueline Echeverria Barrancos.

Descrição Geral

A defensora pública federal e defensora regional de direitos humanos, Diana Freitas de Andrade, representou a DPU na mesa formada por representantes de escolas e gestores públicos. Na ocasião, a defensora apresentou dados do Mapa da Violência e da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Contra a Mulher em João Pessoa que demonstraram o aumento da violência doméstica e contra a mulher no Brasil, em particular no Nordeste onde 6,4 mulheres a cada cem mil habitantes são assassinadas, enquanto no país a média é de 4,8.

Conforme palavras da defensora, “isso ilustra o que nós mulheres presenciamos, em todas as classes sociais, em todos os espaços, públicos ou privados. A gente sabe que a violência doméstica e a violência contra a mulher não são restritas às classes menos favorecidas, não são restritas a certos ambientes. Nós que compartilhamos os espaços públicos, do poder, também sofremos violência. Todas nós precisamos de proteção, independentemente do cargo que ocupamos, da classe social a qual pertencemos, da nossa idade e de outros condicionantes, basta ser mulher para ser violentada constantemente”.



Destaques

Durante a exposição, a defensora também destacou a atuação da DPU na Paraíba no caso da foto publicada nas redes sociais, na qual concluintes do curso de Direito, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), do Campus de Sousa, faziam gestos obscenos em alusão à genitália feminina. A DPU enviou uma recomendação à universidade solicitando a apuração dos nomes dos envolvidos e da existência de outros registros de mesmo conteúdo. No documento, pediu, ainda, que os estudantes se responsabilizem pela promoção de eventos a respeito da temática do combate à violência contra mulheres.

A defensora ressaltou que “até na universidade federal, com pessoas que deveriam estar empenhadas no cumprimento da Constituição Federal, das convenções interamericanas, do sistema internacional de defesa dos direitos das mulheres, isso ocorre. Entendemos que marcos legais, internacionais, proteção constitucional não faltam. O que falta é a efetivação desses direitos, é a educação e a discussão sobre o assunto”.